

Subindo demais o tom

As relações entre o Poder Judiciário e o Congresso só terão a sofrer se o senador Antônio Carlos Magalhães continuar elevando o tom de suas críticas à Magistratura. No discurso no Senado com que deu início às críticas ao Supremo Tribunal Federal (STF) e aos juizes de uma maneira geral, o ex-governador da Bahia acentuou tintas, mas não chegou, como diriam os ingleses, a acrescentar o insulto à injúria. Na entrevista que publicamos sábado último, S. Exa. avançou um passo e deixou pendentes no ar insinuações da maior gravidade, tão mais explosivas quanto genéricas.

Será ingenuidade pretender dizer que os membros do Poder Judiciário estão imunes a qualquer tipo de erro funcional ou tenham todos conduta acima de qualquer suspeita — nem políticos, nem sacerdotes, nem empresários, nem trabalhadores escapariam a uma escrutinação mais rigorosa de suas vidas funcionais ou pessoais.

A questão que se coloca, no entanto, é saber se, para fazer o processo de reforma do Judiciário — e ela depende de leis que sejam aprovadas pelo Congresso e sancionadas pelo presidente da República —, é necessário formar ao lado dos que desenvolvem campanha sistemática contra o Judiciário. O senador Antônio Carlos Magalhães é sagaz o suficiente para saber que uma coisa é pedir o controle externo da Magistratura; outra coisa é formar ao lado daqueles que gostam de dizer sempre *delenda*.

Clamar *delenda* é excelente — “quando já estão reunidas no porto de Óstia as galeras que vão levar Cipião à África”, escrevia alguém. Quando a esquadra ainda não está reunida, o clamor desmoraliza o Judiciário. Ora, vergastado o Congresso pelos ventos da crítica da opinião; o Executivo sentindo a aproximação da tempestade, que podem esperar as instituições se membros conspícuos delas se voltam abertamente contra o Judiciário? Apenas a desmoralização dele. Então, que restará da estrutura institucional do País?

Não se trata de censurar o senador Antônio Carlos Magalhães por apontar o fato de um acórdão do Supremo Tribunal Federal ter de-

morado mais de ano para ser publicado. É uma crítica que deve ser feita; a rigor, os atrasos da Justiça não podem conviver com uma sociedade democrática. Daí, porém, a deixar sibilamente claro que investigou a vida pregressa de quantos protesta-

ram contra seu discurso no Senado vai distância enorme.

O senador Antônio Carlos Magalhães diz ter recebido mais de 600 mensagens de todo o Brasil denunciando “coisas graves” cometidas pelas

Justiças estaduais, pela Justiça do Trabalho e por tribunais superiores, inclusive o Supremo. Em outras palavras, diz que o Poder Judiciário malogrou como instituição, enquanto o Congresso Nacional vive fase de reabilitação “que passa pelo trabalho da presidência das duas Casas”. Sem negar os esforços dos srs. Luís Eduardo Magalhães e José Sarney para mudar a percepção que se tem do Congresso cá fora, é preciso ver que os argumentos que se poderiam dizer entrar na categoria do *pro domo sua* não caem bem quando se ataca um Poder de maneira genérica, sem sequer se preocupar em acrescentar a expressão “com as exceções de praxe”. Talvez a diatribe do senador Antônio Carlos Magalhães seja a maneira antecipada de responder à interpelação judicial que dois juizes fizeram contra ele perante o STF à luz das acusações genéricas que assacou contra todos os juizes no discurso do Senado. Poder-se-ia entender o aumento do tom dos ataques por essa interpelação — mas ela é coisa que seguramente não preocupa o ex-governador pela simples e boa razão de que, se os juizes não se contentarem com suas explicações e transformarem o pedido de interpelação numa queixa-crime, dificilmente o Senado concederá licença para que seja processado. Com o que os ataques do último sábado ganham em densidade, por não terem razão subjetiva a justificá-los.

O melhor que se pode fazer para apressar a reforma do Judiciário é alguém se preocupar com ela e apresentar os projetos de lei que alterem processo e estrutura. Enquanto ficarmos apenas nas críticas ferinas e genéricas, estaremos contribuindo para agravar o processo de descrédito das instituições. Alguém tem interesse nisso?

As críticas de ACM ao Judiciário, subindo de tom, podem agravar as relações STF—Congresso

5 ABR 1995

ESTADO DE SÃO PAULO